



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Procuradoria Jurídica - SUDESB/DG/PROJUR

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA PARA FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 24/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUDESB - SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA E A FEDERAÇÃO BAIANA DE TRIATHLON – FEBATri.

A **SUDESB - SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA**, autarquia criada pela Lei Delegada nº 37, de 14.03.83, modificada pelas Leis nºs 4.697 de 15.07.87, 6.074 de 22.05.91 e 9.424 de 27.01.05, com sede na Rua Paulo Moreira de Souza, s/nº, Ipitanga, Logradouro nº 43120, Lauro de Freitas, Bahia, CEP: 42.706-050, representada neste ato por seu Diretor Geral, **VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO**, nomeado pelo Decreto Simples do Governador, publicado no DOE de 27.02.2019, doravante denominada simplesmente **SUDESB** e a **FEDERAÇÃO BAIANA DE TRIATHLON – FEBATri**, CNPJ/MF nº 34.283.762/0001- 64, Inscrição Municipal nº 268207/001-23, situado à Rua Metodico Coelho, nº 120, Edif Modulo Empresarial, Sala 207, Parque Bela Vista, Salvador, Bahia, com Estatuto arquivado no Cartório Santos Silva de Registro de Títulos e Documentos, do 2º Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Salvador/BA, sob o nº 41282, por meio da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 15/2020, conforme Processo Administrativo SEI nº 069.1484.2020.0001781-11, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Cleber de Castro Souza Filho, portador do documento de identidade nº 513158316, emitida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 863.857.395-20, residente e domiciliado na Travessa Albertino Cabral Henrique nº 212, AP 1303, Condomínio Parque Tropical Tonatureza, Pituacu, Salvador, Bahia, CEP: 41741-170, doravante denominada **OSC CELEBRANTE**, formaliza o presente Termo de Fomento, que se regerá pela Lei nº. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual nº 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o apoio financeiro para fazer frente às despesas de Marketing, Material Promocional, Premiação, Infraestrutura, Material Esportivo e Recursos Humanos do “**TRIATHLON VIRTUAL DAS FEDERAÇÕES**”, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I, no período de **06 a 08 de outubro de 2020**. Haverá inscrições gratuitas para os atletas que se encaixarem nos seguintes critérios: menores de 19 anos, maiores de 60 anos, baixa renda e Paratletas (atletas com deficiência). Além das

inscrições gratuitas, haverá cobrança de inscrição para os demais atletas, com o objetivo de custear, de forma complementar, as despesas do evento, assim como o patrocínio/apoio de outras empresas.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **180 (cento e oitenta) dias** contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até **60 (sessenta) dias**, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a **SUDESB** repassará à **FEDERAÇÃO BAIANA DE TRIATHLON – FEBATri**, após a publicação deste termo no Diário Oficial do Estado, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em **R\$ 72.520,00 (setenta e dois mil quinhentos e vinte reais)**, de acordo com o *cronograma de desembolso* constante no **Plano de Trabalho**, por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Gestora	Destinação do Recurso	PAOE	Natureza da Despesa
0001	0.246.000000	5779	3.3.50.41

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva no Banco SICCOB agência nº 3292, conta corrente nº 6.905-1, vinculada a este termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de **30 (trinta) dias**, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

PARÁGRAFO OITAVO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO NONO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;

III - quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

META CUMPRIDA - NÃO GLOSA

META CUMPRIDA PARCIALMENTE – GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA META NÃO CUMPRIDA.

META DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, **30 (trinta) dias** antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

- I - indicação dos créditos orçamentários;
- II - alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação da Procuradoria Jurídica e autorização do Diretor Geral da SUDESB.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE

Cabe à OSC as seguintes obrigações:

- I - executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;
- II - prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- III - manter escrituração contábil regular;
- IV - divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- V - manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;
- VI - devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;
- VII - dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- VIII - desponder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;
- IX - aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;
- X - arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após a sua ocorrência;
- XI - manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de **10 (dez) anos**, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;
- XII - observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade

reduzida e idosos;

XIII - manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;

XIV - destacar a participação do Governo do Estado e da SUDESB em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;

XV - utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Fomento;

XVI - encaminhar ao Gestor da Parceria cópia das notas fiscais relativas à compra de bens na prestação de contas final.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SUDESB

A SUDESB, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal, obriga-se a:

I - realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;

II - manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

III - divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

IV - prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;

V - prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;

VI - proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até **10 (dez) dias corridos** contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;

VII - designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;

VIII - acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

IX - analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;

X - providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As atividades de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução da parceria deverão ser realizadas pelo Gestor da Parceria, **Sinval Vieira da Silva Filho**, Matrícula nº 69.446277-9, conforme Portaria nº 82, publicada no Diário Oficial do Estado de 23 de julho de 2019, assim como informamos, a existência de **Comissão de Monitoramento e Avaliação**, designada pela Portaria nº 020 publicada no Diário Oficial do Estado no dia 7 de março de 2020.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria **10 (dez) dias** após a execução do projeto, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada [ou Conselho Gestor, se for o caso], que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar

recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Diretor Geral da SUDEB e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

a) Final, até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta

que a Administração Pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO SEXTO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO NONO

A SUDESB aprovará, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressalvando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias**, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de **15 (quinze) dias** a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de **15 (quinze) dias**, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de **15 (quinze) dias**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Diretor Geral da SUDESB autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Diretor Geral da SUDESB rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

- I - vedar a transferência de novos recursos;
- II - registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

- II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III - quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até **150 (cento e cinquenta) dias**, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no

Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o Poder Público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS

Durante a vigência da parceria, os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e, na hipótese de extinção da OSC, esta deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública.

PARÁGRAFO ÚNICO

São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

A rescisão do Termo de Fomento poderá ser efetivada:

I - por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:

- a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;
- b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.

II - por ato unilateral da OSC, na hipótese de:

a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;

b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do termo de fomento, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.

III - por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de rescisão prevista no item a) do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO ÚNICO

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

I - OSC:

a) apresentar, no prazo máximo de **90 (noventa) dias**, de acordo com art. 69 caput e § 1º da Lei nº 13.019/2014], a **Prestação de Contas Final** do período de vigência do Termo de Fomento;

b) devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de **30**

(trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial;

c) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até **150 (cento e cinqüenta) dias** contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligencia por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (dez) dias** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após **02 (dois) anos** de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em **05 (cinco) anos**, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

I - A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

II - Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.

III - Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

IV - Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.

V - Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

VI - E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Fomento em **02 (duas) vias** de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Lauro de Freitas, de _____ de 2020.

CLEBER DE CASTRO SOUZA FILHO
Presidente da Federação Baiana de Triathlon – FEBATri

VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO
Diretor Geral da SUDESB

TESTEMUNHAS:

1) _____
(Nome e CPF legível)

2) _____
(Nome e CPF legível)

ANEXO I – PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO

A. IDENTIFICAÇÃO DA OSC:

Dados da OSC

Nome da OSC: FEDERAÇÃO BAIANA DE TRIATHLON - FEBATRI

CNPJ: 34.283.762/0001-64

Data de Criação:

Endereço: Travessa Albertino Cabral Henrique, 212, Torre natureza AP1303, Pituaçu.

CEP 41741-170, Salvador- Bahia

Telefone: 71 9 91225009

Endereço eletrônico (e-mail): contato@febatri.com.br

Dados do Representante Legal

Nome: CLEBER DE CASTRO SOUZA FILHO

Endereço: Travessa Albertino Cabral Henrique, 212, Cond. Parque Tropical, Torre Natureza, apto. 1303 – Pituaçu, Salvador CEP 41741-170

Tel: (071) 9 91225009

Endereço eletrônico (e-mail): contato@febatri.com.br

RG/Órgão expedidor/UF: 513158316 SSP-BA

CPF: 863.857.395-20

B. OBJETO DA PARCERIA

O Objetivo da parceria visa viabilizar financeiramente um evento inovador, através do **TRIATHLON VIRTUAL DAS FEDERAÇÕES**, vinculado ao Plano Plurianual 2020 a 2023 por meio do:

Programa: 303 - Desenvolvimento Produtivo

Compromisso: 0003 – Promover o esporte e lazer como um vetor de desenvolvimento

produtivo, considerando as vocações territoriais.

Meta: 0001 – Expandir a participação de atletas baianos em atividades esportivas de Alto Redimento.

C. OBJETIVO DA PARCERIA

Disseminar o esporte de alto rendimento, promovendo o fortalecimento da modalidade através da realização do TRIATHLON VIRTUAL DAS FEDERAÇÕES.

D. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS

O inciso II do artigo 217 da Constituição Federal de 1988, trata da destinação dos recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, apenas em casos específicos, para o desporto de alto rendimento.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, até os dias atuais, tem sido crescente a formulação de políticas públicas de inclusão da prática da atividade física e esporte na rotina dos cidadãos, como fator de saúde e desenvolvimento social, oportunizando a participação de um número cada vez maior da população, sobretudo o público jovem.

Busca-se atender a base através do esporte de formação, sem deixar de lado ações que fomentem a trajetória para o alto rendimento para aqueles que desejem galgar degraus mais altos no esporte, para tanto, pretendemos realizar um número maior de eventos com vistas a proporcionarem uma maior participação e oferecer mais oportunidades, considerando a importância da prática do esporte, não só como formação, mas também como agente fomentador do alto rendimento.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), a prática esportiva tem impactos profundos na qualidade de vida das pessoas, em todas as fases da vida, o que resulta em ganhos imensuráveis para a sociedade nos aspectos da medicina preventiva, no combate ao sedentarismo e todos os problemas a ele agregados.

As práticas de atividades físicas e esportivas proporcionam aos cidadãos benefícios como: melhoria da saúde física e mental; respeito às regras; solidariedade; respeito às diferenças; desenvolvimento de hábitos saudáveis; respeito ao próximo.

Um destaque da prática de esporte de alto rendimento é o fato de ser ferramenta eficaz para a integração entre atletas, dirigentes esportivos, gestores de órgãos públicos, além de opção de lazer para o público assistente.

O TRIATHLON é a modalidade olímpica que mais cresce atualmente. A modalidade Triathlon consiste em nadar, pedalar e correr, ou variações destas. Por ser multiesportiva, está cada vez mais presente em nossa sociedade. Pessoas de diferentes classes sociais, diferentes

culturas, diferentes credos e diferenças por diferenças, vem encontrando na prática do Triathlon uma maneira de se integrar cada vez mais numa sociedade em busca de saúde e qualidade de vida e rendimento competitivo. Esta parceria visa a realização de competições VIRTUAIS, aptas para serem realizadas em diferentes regiões no estado da Bahia e do Brasil, impactando na economia, saúde, turismo e social. O objetivo deste projeto é impactar diferentes regiões do estado da Bahia, permitindo de forma inclusiva a participação e desenvolvimento de novas modalidades do esporte nas respectivas cidades e regiões.

Diante dos dados apresentados, e considerando que a Triathlon tem sido uma das modalidades de grande visibilidade e de presença crescente nas Olimpíadas, e em consonância com a finalidade da Sudesb, a qual tem buscado fomentar o Esporte de Alto Rendimento no estado da Bahia, conforme disposto no Plano Plurianual 2020 a 2023, a Federação Bahiana de Triathlon – FEBATri propôs a realização do TRIATHLON VIRTUAL DAS FEDERAÇÕES, no período de 06 a 08 de novembro de 2020, por meio virtual com a participação de 288 (duzentos e oitenta e oito) atletas e de formar presencial onde 12 (doze) atletas irão realizar as atividades através na Academia Alpha Fitness situada à Rua Aristides Fraga Lima, 217 – Pítuba, Salvador, BA, CEP: 41810-315, seguindo todas as medidas de segurança contra o COVID-19, diante do Decreto Nº 19.586 de 27 de março de 2020, Art. 9º, I – onde prevê a realização de eventos e atividades com a presença de público inferior a **100 (cem) pessoas**.

E. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS

AÇÕES

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

Ação 1. Identificação do Objeto TRIATHLON VIRTUAL DAS FEDERAÇÕES

Critério de Aceitação: O Campeonato será realizado no período de **06 a 08 de novembro de 2020**, por meio virtual com a participação de 288 (duzentos e oitenta e oito) atletas e de formar presencial onde 12 (doze) atletas irão realizar as atividades através na Academia Alpha Fitness situada à Rua Aristides Fraga Lima, 217 – Pítuba, Salvador, BA, CEP: 41810-315, seguindo todas as medidas de segurança contra o COVID-19, diante do Decreto Nº 19.586 de 27 de março de 2020, Art. 9º, I – onde prevê a realização de eventos e atividades com a presença de público inferior a 100 (cem) pessoas. Para a realização do projeto faz-se necessário a contratação do serviço de *Marketing, Infraestrutura, Recursos Humanos como Locutor, Monitores, Oficiais Técnicos e Diretor Técnico* além da aquisição de *Material Esportivo e Material Promocional*.

Ação 2. Divulgação do Evento

Critério de Aceitação: A divulgação do evento será realizada através das mídias sociais e imprensa com Vídeo Promocional com logo do **Estado da Bahia**, da **SETRE** e da **SUDES**.

Ação 3. Premiação

Critério de Aceitação: Será realizado uma solenidade de premiação no dia 08 de novembro de 2020, onde serão confeccionados e enviados Troféus aos participantes através dos correios, com logo do **Estado da Bahia**, da **SETRE** e da **SUDESB**.

E.2 INDICADORES, METAS, E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Os indicadores, metas e parâmetros de avaliação de desempenho da parceria estão definidos no quadro abaixo:

QUADRO DE INDICADORES, METAS E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
--

Realizar o Projeto “TRIATHLON VIRTUAL DAS FEDERAÇÕES”		Indicador	Unidade	Meio de Verificação	Qtde/und/diária	Parâmetro de Avaliação de Desempenho
OBJETIVO DA PARCERIA	Disseminar o esporte de alto rendimento, na modalidade de TRIATHLON	Indicador 1: Nº de atletas participantes	Atletas	Súmula da Prova e Registro Fotográfico	300	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida
		Indicador 2: Nº de Provas	Provas	Súmula da Prova e Registro	3	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida

		realizadas		Fotográfico		Menor que 100% - Meta Descumprida
AÇÕES	Ação 1: Realizar o projeto denominado “TRIATHLON VIRTUAL DAS FEDERAÇÕES”	Indicador 3: Nº de contratação dos serviços de Marketing, Infraestrutura, Recursos Humanos e aquisição de Material Esportivo e Material Promocional	contratação dos serviços de Marketing, Infraestrutura, Recursos Humanos e aquisição de Material Esportivo e Material Promocional	Nota Fiscal e Registro Fotográfico	4	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
	Ação 2: Divulgação do Evento	Indicador 4: Nº divulgação através mídias sociais e imprensa com Video Promocional	Video Promocional	Nota Fiscal e Registro Fotográficos	2	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
	Ação 3: Premiação	Indicador 5: Nº de confecção e envio de Troféus	confecção e envio de Troféus	Nota Fiscal e Registro Fotográficos	165	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida

F. FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

O projeto "**TRIATHLON VIRTUAL DAS FEDERAÇÕES**" será realizado no período de **06 a 08 de novembro de 2020**, por meio virtual com a participação de **288 (duzentos e oitenta e oito) atletas** e de formar presencial onde **12 (doze) atletas** irão realizar as atividades através na Academia Alpha Fitness situada à Rua Aristides Fraga Lima, 217 – Pítuba, Salvador, BA, CEP: 41810-315, seguindo todas as medidas de segurança contra o COVID-19, diante do Decreto Nº 19.586 de 27 de março de 2020, Art. 9º, I – onde prevê a realização de eventos e atividades com a presença de público inferior a **100 (cem) pessoas**. Para a realização do projeto faz-se necessário a contratação do *serviço de Marketing, Infraestrutura, Recursos Humanos como Locutor, Monitores, Oficiais Técnicos e Diretor Técnico*, além da aquisição de *Material Esportivo e Material Promocional*.

A divulgação do evento será realizada através das mídias sociais e imprensa com Video Promocional com logo do Estado da Bahia, da SETRE e da SUDESB.

Será realizado uma solenidade de premiação no dia **08 de novembro de 2020**, onde serão confeccionados e enviados Troféus aos participantes através dos correios, com logo do **Estado da Bahia**, da **SETRE** e da **SUDESB**.

G. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ITEM	ATIVIDADES DATA	PERÍODO
1	Elaboração do Projeto	Setembro de 2020
2	Divulgação do Evento	Outubro de 2020
3	Início das Atividades	06 de novembro de 2020
4	Etapas (se houver)	07 e 08 de novembro de 2020
5	Solenidade de Premiação	08 de novembro de 2020
6	Prestação de Contas	Dezembro de 2020

H. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Alcance das Metas:

Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida

Entre 60% a 79%- Meta cumprida parcialmente

Menor ou igual a 59% - Meta Descumprida

Alcance da Meta:
 Igual a 100% - Meta Cumprida
 Menor que 100% - Meta Descumprida

I. PARÂMETROS PARA GLOSA

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

META CUMPRIDA - NÃO GLOSA
 META CUMPRIDA PARCIALMENTE – GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA META NÃO CUMPRIDA.
 META DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

J. PERÍODO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Período de Execução: **06 a 08 de novembro de 2020.**

Vigência: **180 (cento e oitenta) dias.**

Prestação de Contas: **90 (noventa) dias após o término da Vigência.**

K. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

PREVISAO DE RECEITAS E DESPESAS				
1.	Receitas	Mês 1		TOTAL
1.1	Recursos Recebidos	72.520,00		72.520,00
1.2	Rendimentos Financeiros	0,00		0,00
Total Geral de Receitas		72.520,00		72.520,00
2.	Despesas	Mês 1		TOTAL

2.1	Despesas com Recursos Humanos			
2.1.1	Remuneração da equipe			
2.1.1.1	Salários	0,00		0,00
2.1.1.2	Benefícios (especificar o benefício concedido, ex: plano de saúde, vale transporte, etc.)	0,00		0,00
	Subtotal (Remuneração da equipe)	0,00		0,00
2.1.2	Encargos Sociais			
2.1.2.1	INSS	0,00		0,00
2.1.2.2	FGTS	0,00		0,00
2.1.2.3	FGTS Multa Rescisória	0,00		0,00
2.1.2.4	Recisão de Trabalho (Saldo de Salário, Aviso Prévio, outros)	0,00		0,00
2.1.2.5	PIS sobre a Folha de Pagamento	0,00		0,00
2.1.2.6	1/3 sobre Férias	0,00		0,00
2.1.2.7	13 Salário	0,00		0,00
2.1.2.8	IRRF	0,00		0,00
2.1.2.9	ISSQN	0,00		0,00
2.1.2.10	Outros encargos/tributos	0,00		0,00

	Subtotal (Encargos Sociais)	0,00		0,00
	Subtotal (Recursos Humanos)	0,00		0,00
2.2	Custos Diretos			
2.2.1	MARKETING	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2.2.1.1	SERVIÇO PRESENCIAL E REMOTO DE LIVE STREAMING, INTEGRAÇÃO COM APLICAÇÕES E SUPORTE, COM PLACA DE CAPTURA E 08 COMPUTADORES (04 LOCAIS E 04 REMOTOS)/ CRIAÇÃO DE CENAS E OPERAÇÃO DE MESA DE CORTE	1	2.500,00	2.500,00
2.2.1.2	VIDEO PROMOCIONAL DO EVENTO COM CAPTURA PRESENCIAL E ONLINE, EDIÇÃO E FINALIZAÇÃO	2	2.500,00	5.000,00
2.2.1.3	SERVIÇO DE COBERTURA FOTOGRÁFICA, PRESENCIAL E ONLINE (FERRAMENTA ZWIFT OU ROUVY)	1	2.000,00	2.000,00
2.2.2	MATERIAL PROMOCIONAL			
2.2.2.1	CONFECÇÃO DE BONÉS BONÉ TRUCKER, TAMANHO PADRÃO, SILK 3D NA FRENTE +1 APLICAÇÃO 3D NA LATERAL	120	21,50	2.580,00
	CAMISA ESPECIAL SUBLIMADA			

2.2.2.2	MALHA 100% POLIAMIDA PROTEÇÃO UV50+	300	22,00	6.600,00
2.2.3	PREMIAÇÃO			
2.2.3.1	TROFÉUS PERSONALIZADOS COM PINTURA (OURO, PRATA E BRONZE) E COM BASE DE APOIO, 25 CM	165	41,03	6.770,00
2.2.4	INFRAESTRUTURA			
2.2.4.1	NOTEBOOKS COM PROCESSADOR I7/ 8GB RAM (LOCAÇÃO)	10	187,00	1.870,00
2.2.4.2	PAINEL DE LED 4X3 P4 INDOOR (LOCAÇÃO)	1	4.700,00	4.700,00
2.2.4.3	TV 32" COM SUPORTE DE CHÃO (LOCAÇÃO)	10	197,00	1.970,00
2.2.4.4	LONAS 4X3 COM ILHÓIS	2	1.500,00	3.000,00
2.2.4.5	PLACA DE SINALIZAÇÃO 80X60CM	8	60,00	480,00
2.2.4.6	ESTRUTURA PARA GRID EM BOXTRUSS Q30, MEDINDO 4,00 X 3, 3,00M (LOCAÇÃO)		700,00	2.100,00
2.2.4.7	SERVIÇO DE VALIDAÇÃO DE CRONOMETRAGEM ONLINE INTEGRADO A APLICATIVOS GPS	1	5.000,00	5.000,00
2.2.5	MATERIAL ESPORTIVO			
	MACAQUINHO TRI SEM MANGA, COM ZIPER ATRÁS, EM MALHAS			

2.2.5.1	DE MICROFIBRA DE POLIÉSTER COM ELASTANO, COM PROTEÇÃO UV50+	8	400,00	3.200,00
2.2.6	RECURSOS HUMANOS			
2.2.6.1	SERVIÇO DE LOCUÇÃO ESPORTIVA PARA O EVENTO	1	1.000,00	1.000,00
2.2.6.2	MONITORES TRIATLETAS. SERVIÇO COMPLETO COM CARGA HORÁRIA DE 08HRS PARA PRÉ-PROJETO, EXECUÇÃO E PÓS EVENTO.	6	3.125,00	18.750,00
2.2.6.3	OFICIAIS TÉCNICO. SERVIÇO DE DIÁRIAS NO EVENTO	8	312,50	2.500,00
2.2.6.4	DIRETOR TÉCNICO. SERVIÇO COMPLETO COM CARGA HORÁRIA DE 10H PARA PRÉ-PROJETO, EXECUÇÃO E PÓS EVENTO	1	2.500,00	2.500,00
	Subtotal (Custos Diretos)	648	26.766,03	72.520,00
2.3	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes			
2.3.1	(Especificar)	0,00		0,00
2.3.2	(Especificar)	0,00		0,00
2.3.3	(Especificar)	0,00		0,00
	Subtotal (Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes)	0,00		0,00

2.4	Custos Indiretos			
2.4.1	Internet	0,00		0,00
2.4.2	Transporte	0,00		0,00
2.4.3	Aluguel	0,00		0,00
2.4.4	Telefone	0,00		0,00
2.4.5	Água	0,00		0,00
2.4.6	Luz	0,00		0,00
2.4.7	Serviços contábeis	0,00		0,00
2.4.8	Assessoria jurídica	0,00		0,00
2.4.9	Outros (especificar)	0,00		0,00
	Subtotal (Custos Indiretos)	0,00		0,00
Total Geral de Despesas		72.520,00		

L. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANO	1 parcela
2020	R\$ 72.520,00 (setenta e dois mil quinhentos e vinte reais)

Este ajuste será liberado em **parcela única**, após a publicação do Termo de Fomento no Diário Oficial do Estado, visando à execução do projeto “**TRIATHLON VIRTUAI DAS FEDERAÇÕES**”, no período de **06 a 08 de novembro de 2020**.

M. CONTRAPARTIDA

Não haverá contrapartidas por parte da Federação Baiana de Triathlon – FEBATri.

N. PATROCÍNIO/ APOIO TÉCNICO LOGÍSTICO

Valore de inscrições	VALOR UN
Menores 19 anos	Gratuito
Maiores de 60 anos	Gratuito
Paratleta	Gratuito
Baixa renda	Gratuito
Atletas acima de 19 e idade menor que 60 anos	A partir de R\$50

Nota Explicativa: Haverão inscrições gratuitas para os atletas que se encaixarem nos seguintes critérios: menores de 19 anos, maiores de 60 anos, baixa renda e Paratletas (atletas com deficiência). Além das inscrições gratuitas, haverá cobrança de inscrição para os demais atletas, com o objetivo de custear, de forma complementar, as despesas do evento.

ITEM	TIPO DE EMPRESA	DESCRICAO	QT	VALOR UN	VALOR TOTAL
17	PRIVADA	Desenvolvimento website	1	R\$5.000,00	R\$5.000,00
18	PRIVADA	Gestão mídias sociais	1	R\$3.000,00	R\$3.000,00

19	PRIVADA	e-Mail mkt	1	Cortesia	R\$0,00
20	PRIVADA	SMS	10.000	R\$0,07	R\$700,00
21	PRIVADA	Anúncio canais especializados	2	R\$2.000,00	R\$4.000,00
22	PRIVADA	Assessoria de imprensa	1	R\$3.500,00	R\$3.500,00
23	PRIVADA	Equipamentos atletas (rolo de ciclismo)	100	R\$100,00	R\$600,00
24	PRIVADA	Montagem / desmontagem	1	Cortesia	R\$0,00
25	PRIVADA	Transporte de atletas	6	Cortesia	R\$0,00
26	PRIVADA	Passagens aéreas	4	R\$1.000,00	R\$4.000,00
27	PRIVADA	Alimentação	8	Cortesia	R\$0,00
28	PRIVADA	Transporte equipe	30	R\$50,00	R\$1.500,00
29	PRIVADA	Eletricista	1	R\$500,00	R\$500,00
30	PRIVADA	Seguro responsabilidade civil e atletas	1	R\$1.650,00	R\$1.650,00
31	PRIVADA	Ambulância	1	R\$2.000,00	R\$2.000,00
32	PRIVADA	Hospedagem Catussaba Restort	6	R\$500,00	R\$3.000,00
					R\$29.450,00

Nota Explicativa: O Triathlon Virtual das Federações contará com ajuda de apoiadores, sendo realizados com permutas de empresas privadas, cobrança de inscrições e com Patrocínio financeiro Público através da SUDESB.

Lauro de Freitas, de de 2020.

CLEBER DE CASTRO SOUZA FILHO
Presidente da Federação Baiana de Triathlon – FEBATri

SINVAL VIEIRA
Coordenador de Excelência Esportiva

VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO
Diretor Geral da SUDESB



Documento assinado eletronicamente por **Zuleik Carvalho Oliveira, Procurador Chefe**, em 27/10/2020, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleber de Castro Souza Filho, Usuário Externo**, em 28/10/2020, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sinval Vieira da Silva Filho, Coordenador de Educação Esportiva**, em 28/10/2020, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00023591532** e o código CRC **D35F9710**.